

OS PROGRAMAS DOS PRESIDENCIÁVEIS E OS MAIS AGUDOS PROBLEMAS NACIONAIS

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Professor
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 22 de setembro de 2018

Estamos vivenciando, por inúmeras razões, o processo eleitoral mais importante no Brasil nas últimas décadas. As escolhas, em especial para a Presidência da República, assumem contornos dramáticos por conta dos postulantes (perfis, apoios, etc), das incertezas do quadro eleitoral, da radicalização das posições políticas, do profundo desgaste das instituições democráticas, de uma preocupante onda de obscurantismo e da forte e persistente crise econômica.

Para além da superficialidade de debates (com respostas de menos de um minuto) e de programas televisivos igualmente fugazes, busquei identificar diretamente nos programas apresentados pelos candidatos à Justiça Eleitoral elementos que pudessem ajudar na definição do voto. Os textos foram obtidos no seguinte endereço eletrônico: <encurtador.com.br/gFPR0>.

Para tanto, listei os mais relevantes problemas do Brasil na atualidade, segundo a minha modesta opinião. Esses entraves foram abordados em inúmeros textos disponíveis no meu site (<<http://www.aldemario.adv.br/textos.htm>>). São, em regra, questões bilionárias e trilionárias responsáveis por um modelo produtor de um quadro de profunda desigualdade socioeconômica e fortes desarranjos em quase todas os setores da vida brasileira. Boa parte delas a grande imprensa ignora solene e intencionalmente.

Além de mecanismos econômicos relevantíssimos, quatro temas foram pesquisados. São eles: a) concentração de mídia; b) preconceitos; c) corrupção e d) gestão de serviços e políticas públicas. Na atual quadra da história brasileira, esses assuntos são fundamentais no processo de superação de nossas mazelas. O método utilizado foi o de localizar termos e expressões relacionados com as questões escolhidas nos textos dos programas apresentados pelos candidatos.

O resultado segue em algumas tabelas (elaboradas em etapas). Esse exercício eventualmente pode auxiliar na difícil escolha a ser efetivada nas urnas no dia 7 de outubro. Assim, publicizo o trabalho (Disponível em: <<http://www.aldemario.adv.br/programas.pdf>>). Não custa lembrar o grande Rousseau na famosa obra “O Contrato Social”. A partir do princípio da soberania popular, a definição do interesse coletivo exige a participação direta dos cidadãos. Mas essa participação é qualificada. Ela reclama conhecimento adequado da “situação” (“... quando o povo suficientemente informado delibera ...”, nas palavras de Jean-Jacques Rousseau).

Propositamente, não articulo conclusões. Deixo para o ilustre leitor essa difícil tarefa de identificar concordâncias e discordâncias ou preferências e rejeições.

Tema 1	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS
Importância	<p>“parece claro que o sistema financeiro tem no BC uma fonte segura de remuneração atrativa, com risco zero. Isso, obviamente, tende a crescer em épocas e crise e de desconfiança. Não à toa, observa-se nos últimos anos um aumento significativo das operações compromissadas do BC não apenas em termos absolutos, mas também como proporção do estoque da dívida pública interna federal”. Citação da economista Maria Clara do Prado.</p> <p>Em agosto de 2016, o estoque de “operações compromissadas” (em favor dos bancos) atingiu 1113,97 bilhões de reais (26,05% da dívida pública bruta).</p> <p>OPERAÇÕES COMPROMISSADAS: O HÄAGEN-DAZS DOS BANCOS. Em <http://www.aldemario.adv.br/sorvete.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS e COMPROMISSADAS
Lula/Haddad	NENHUMA MENÇÃO
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	NENHUMA MENÇÃO
Ciro	“Substituição gradual das operações compromissadas (operações de overnight com lastro em títulos públicos com compromisso de recompra por parte do Banco Central) por depósitos voluntários remunerados (que não são lastreados em títulos públicos) no Banco Central;”
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	NENHUMA MENÇÃO
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	NENHUMA MENÇÃO
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 2	RESERVAS MONETÁRIAS INTERNACIONAIS
Importância	<p>as reservas internacionais atingem, como foi dito acima, o patamar de 380 bilhões de dólares (ou 1,2 trilhão de reais). A maior parte desse valor corresponde a títulos americanos que rendem juros baixíssimos. Inúmeros economistas destacam: a.1) que o nível das reservas é exageradamente alto (deveria observar um patamar menor) e a.2) o custo de formação (ou de carregamento) é muito elevado. Isso porque o Brasil lança títulos remunerados por juros SELIC (altíssimos) para captar os recursos a serem utilizados na formação das reservas em títulos americanos e dólares. Essas operações foram (e são) responsáveis por boa parte do aumento da dívida pública brasileira nos últimos anos;</p> <p>O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: <http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf></p> <p>Anote-se que as reservas internacional no patamar de 1,2 trilhão de reais responde por parte substancial do endividamento do Estado.</p> <p>TRILHÕES DE REAIS. Em: <http://www.aldemario.adv.br/trilhoes.pdf></p> <p>g) adoção de uma Lei de Responsabilidade Monetária (para fazer companhia à Lei de Responsabilidade Fiscal), envolvendo a regulamentação ampla e social: f.1) da fixação da taxa de juros SELIC (15); f.2) do nível e administração das reservas monetárias internacionais, admitindo a venda do excesso, inclusive (16); f.3) do tamanho da base monetária (17) e f.4) das operações compromissadas e todas as formas de “ajuste de liquidez” (18);</p> <p>NOVO REGIME FISCAL (PEC n. 241/2016): MAIS UM INSTRUMENTO DE ARROCHO SELETIVO. Em: <http://www.aldemario.adv.br/novoregimefiscal.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	RESERVAS MONETÁRIAS e RESERVAS INTERNACIONAIS
Lula/Haddad	“Para além do orçamento de investimentos, o governo criará o fundo de financiamento da infraestrutura, composto por pequena parcela redirecionada das reservas internacionais, recursos do BNDES e recursos privados”.
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	NENHUMA MENÇÃO
Ciro	NENHUMA MENÇÃO
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	NENHUMA MENÇÃO
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	NENHUMA MENÇÃO
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 3	PARAÍÇOS FISCAIS
Importância	A condição de um dos países mais ricos do planeta convive com a triste marca de sermos uma das mais desiguais sociedades no plano internacional. Emblemática demonstração desse perverso quadro socioeconômico está representada na quantia depositada por brasileiros em paraísos fiscais. A cifra atinge algo em torno de 1,6 trilhão de reais. “Ricos brasileiros são os quartos no mundo em remessas a paraísos fiscais” (https://goo.gl/LTjXUr) TRILHÕES DE REAIS. Em: < http://www.aldemario.adv.br/trilhoes.pdf >
Termos e expressões pesquisados	PARAÍÇOS
Lula/Haddad	NENHUMA MENÇÃO
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	NENHUMA MENÇÃO
Ciro	NENHUMA MENÇÃO
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	Em síntese, trabalhadores e trabalhadoras que já estavam empregado(a)s no Estado em 1998 terão uma previdência solidária amparada pelo fundo público para o qual já verteram contribuições. No entanto, o Estado quase sempre utiliza esta gigantesca riqueza socialmente construída pela classe trabalhadora, e muitas vezes de forma espúria, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a aplicação de recursos previdenciários em paraísos fiscais.
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	NENHUMA MENÇÃO
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 4	SONEGAÇÃO FISCAL
Importância	a sonegação tributária, segundo vários estudos e análises, como aquele que sustenta o sonegômetro do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) (https://goo.gl/wMWAI), atinge o patamar de 500 bilhões de reais por ano O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: < http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf >
Termos e expressões pesquisados	SONEGAÇÃO
Lula/Haddad	Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação.
Bolsonaro	f) melhorar a carga tributária brasileira fazendo com que os que pagam muito paguem menos e os que sonegam e burlam, paguem mais.
Marina	Serão, ainda, adotadas medidas rigorosas visando incrementar os esforços para reduzir a inadimplência da contribuição das empresas, combater as fraudes e promover a total transparência dos dados da Previdência e Seguridade Social. A importância dessas iniciativas podem ser comprovada pelos números envolvidos. Estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) estimou que o INSS deixou de arrecadar cerca de R\$ 30,4 bilhões no ano de 2015 devido a sonegação ou inadimplência.
Ciro	NENHUMA MENÇÃO
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	O fim do desmatamento deve resultar de várias medidas: política de estímulo ao aumento da produtividade agrícola nas áreas já desmatadas; aumento da eficácia na fiscalização à atividade agropecuária e à grilagem de terra e o confisco de bens associados à crimes ambientais; estabelecimento de novas áreas protegidas; a ampliação e consolidação dos compromissos privados e públicos pelo desmatamento zero; o uso da tributação para o estímulo à conservação, com o combate à sonegação do ITR; e incentivos financeiros para aumentar a produtividade e alterar a matriz produtiva agropecuária.
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	Combater de forma rigorosa a sonegação.
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 5	SWAP CAMBIAL
Importância	<p>d) ao firmar os contratos de swap cambial, o Banco Central compromete-se a pagar ao “investidor” a diferença de valor verificado na moeda estrangeira em relação ao real (valorização ou desvalorização) mais uma taxa de juros efetiva. O “investidor”, por sua vez, paga ao Banco Central o valor da taxa selic. Assim, essas operações funcionam como um seguro diante de uma forte alta do dólar, desincentivando a busca pela moeda e, por essa via, impedindo que ela suba mais. É importante destacar que as operações de swap são contabilizadas como um passivo nas contas públicas (com aumento de tamanho da dívida pública). Em 2015, o prejuízo com o swap cambial chegou a quase 90 bilhões de reais. Somente no mês de janeiro de 2016, o prejuízo alcançou o patamar de 16,7 bilhões de reais (ganhos para uma minoria de especuladores e ônus para a sociedade como um todo) (https://goo.gl/gBhrpQ);</p> <p>O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: <http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	SWAP e SWAP CAMBIAL
Lula/Haddad	NENHUMA MENÇÃO
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	NENHUMA MENÇÃO
Ciro	NENHUMA MENÇÃO
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	NENHUMA MENÇÃO
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	NENHUMA MENÇÃO
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 6	DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
Importância	<p>e) a dívida ativa da União, composta por créditos tributários e não tributários não pagos pelos contribuintes, atingiu a cifra de 1,84 trilhão de reais ao final de 2016 (https://goo.gl/srox7Y). A recuperação adequada desses valores, num fluxo anual razoável, é rigorosamente sabotada. O Poder Público sistematicamente sonega os meios necessários para a realização deste trabalho. São consideráveis as deficiências de pessoal, apoio administrativo e sistemas de informática nos órgãos específicos da Advocacia-Geral da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria-Geral Federal). O próprio arcabouço normativo aplicável é atrasado e dificultador do atingimento de padrões adequados de eficiência nessa seara</p> <p>O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: <http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	DÍVIDA e DÍVIDA ATIVA
Lula/Haddad	NENHUMA MENÇÃO
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	NENHUMA MENÇÃO
Ciro	Criação de um fundo garantidor para investimentos em infraestrutura, lastreado em títulos emitidos a partir de um processo de securitização de dívidas com o setor público.
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	O programa (Criação de um grande programa de Obras Públicas) deverá articular entes federais, estaduais e municipais, bem como empresas privadas, bancos públicos e instituições de pesquisa: além dos investimentos diretos a nível federal, investimentos de estados e municípios como contrapartida à renegociação e reestruturação de suas dívidas com a União; aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade urbana e rural de 0,6% para 1% do PIB; legislação para facilitar cobrança de dívidas; aumento da arrecadação de impostos sobre propriedade rural; legislação para fortalecer a cobrança de dívidas e a fiscalização; Realizar a cobrança da dívida ativa previdenciária;
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	NENHUMA MENÇÃO
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 7	SUBSÍDIOS
Importância	c) “os subsídios de várias naturezas concedidos pelo governo constituem um capítulo especial em matéria de gastos públicos. A maior parte desses benefícios não aparecem expressamente no orçamento discutido e aprovado no Congresso Nacional. 'Segundo o Ministério da Fazenda, de 2003 a 2016 os subsídios embutidos em operações de crédito e financeiras somaram quase R\$ 1 trilhão – 420 bilhões do total foram para o setor produtivo' (Folha de São Paulo, dia 6 de agosto de 2017)”; O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: < http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf >
Termos e expressões pesquisados	SUBSÍDIOS
Lula/Haddad	Ademais, um novo mecanismo poderá ser criado: o “subsídio localização”, um valor adicional para incentivar a produção de habitação social bem localizada. A criação de programas com menor custo médio unitário, como a provisão de lotes urbanizados com material de construção, pode, sobretudo nas pequenas cidades, ampliar o benefício com menor custo e subsídio.
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	Defendemos, ainda, a revisão da política de subsídios cruzados entre municípios e entre usuários por meio da tarifa, buscando favorecer o atendimento das regiões mais carentes e pobres do país. Iremos mobilizar o potencial de contribuição do setor privado, sem subsídios ou artificialismos, em diferentes modalidades, como concessão, PPPs e autorização. O segundo maior fator que tem afetado o setor agropecuário é o protecionismo e outras práticas distorcivas de comércio, como subsídios à produção local e à exportação. É preciso manter a vigilância e o combate permanente a práticas distorcivas através dos instrumentos disponíveis na OMC. Além disso, o Brasil tem sido muito tímido em negociações de livre comércio, o que tem reduzido a sua participação nos fluxos de comércio internacional, apesar de sua pujança e reconhecida capacidade produtiva
Ciro	Garantia da adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas como pré-requisitos ou agregação de pontos de vantagem para as mesmas em processos licitatórios de concorrências públicas, financiamento, subsídios, licenças ou avais em geral; o mecanismo também deve se aplicar a empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas sócioeducativas;
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	financiamento de longo prazo a taxas de juros subsidiadas via BNDES e outros bancos públicos para inovação e investimentos das empresas nos setores-chave; 3) formas organizativas cidadãs, cooperadas e locais da vida coletiva/comum a partir de uma política de subsídio Visando defender o direito dos alunos que foram beneficiados pelos atuais programas (PROUNI e FIES) será feita uma transição da oferta subsidiada pelo Estado para a oferta pública; 5. Desenvolvimento de política de financiamento e subsídios dos serviços de transporte coletivo Política tarifária que permita o estabelecimento de teto nacional de tarifas que permitam o acesso da população à cidade (trabalho, educação, saúde, lazer, etc), garantindo também recursos para investimento continuado na construção de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo urbano de alta capacidade nas grandes cidades. Nessa perspectiva, os privilegiados são aqueles que vivem às custas da exploração do trabalho alheio, que se beneficiam de incentivos e subsídios fiscais, que não pagam imposto sobre sua propriedade e seus exorbitantes ganhos financeiros. 11.1 A partir do fortalecimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, articular o Serviço Nacional de Assistência Técnica, de Crédito

	Subsidiado e de Garantia de Compras Públicas para Cooperativas de Trabalhadores.
Daciolo	Dar fim aos subsídios públicos destinados aos planos e seguros privados de saúde;
Amoedo	O fim dos privilégios de políticos, funcionários públicos de alto escalão e empresários com subsídios e benefícios; Fim dos subsídios à energia não-renovável, como gasolina e diesel
Goulart	7. Retomar o processo de substituição de importações, reindustrializar o país, completar a construção de uma economia nacional independente. Restabelecer os mecanismos universais de proteção à produção interna (tarifas, quotas, subsídios, câmbio) de modo a que a concorrência com a produção externa possa ocorrer em situação de equilíbrio. Comprometemo-nos então a cobrar, de forma progressiva, imposto de exportação sobre produtos agropecuários e a usar de todos os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos pequenos produtores, crédito rural suficiente e subsidiado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem, apoio ao acesso a máquinas, equipamentos e insumos – para incentivar o pequeno e médio produtor de alimentos para as populações urbanas. Para que o trabalhador assentado possa produzir alimentos para as populações urbanas e garantir sua comercialização, o apoiaremos com a garantia de preços rentáveis para o pequeno agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos pequenos produtores, crédito rural suficiente e subsidiado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem, apoio ao acesso a máquinas, equipamentos e insumos
Vera	11 - Proibição das remessas de lucro! Estatização do sistema financeiro! As grandes empresas multinacionais dominam a nossa economia. Aproveitam-se de subsídios e isenções, exploram nossa mão-de-obra barata e remetem às matrizes, nos países ricos, o resultado do nosso trabalho
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 8	RENÚNCIAS, DESONERAÇÕES, ISENÇÕES e REFIS
Importância	d) “as renúncias de receitas tributárias em conjunto (realizadas e projetadas), entre os anos de 2010 e 2018, alcançarão o patamar de 501,4 bilhões de reais”. O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: < http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf >
Termos e expressões pesquisados	RENÚNCIAS, DESONERAÇÕES, ISENÇÕES e REFIS
Lula/Haddad	Para mobilizar ainda mais recursos, será realizada uma reforma fiscal verde, que progressivamente aumentará o custo da poluição e premiará investimentos e inovação de baixo carbono. A reforma incluirá a desoneração de tributos sobre investimentos verdes (isenção de IPI, dedução de tributos embutidos em bens de capital e recuperação imediata de ICMS e PIS/COFINS), reduzindo o custo tributário do investimento verde em 46,5%. Sem elevar a carga tributária, a reforma também criará um tributo sobre carbono, que já foi adotado em vários países para aumentar o custo das emissões de gases de efeito estufa. Orientado pelo princípio da neutralidade tributária, a receita será utilizada para reduzir tributos distorcivos e regressivos.
Bolsonaro	O déficit nominal de 2019, que inclui os juros da dívida, é previsto em R\$ 489,3 bilhões (6,5% do PIB). O valor das renúncias tributárias é de R\$ 303,5 bilhões (19% da arrecadação). Daremos especial atenção ao controle dos custos associados à folha de pagamento do Governo Federal. Os cortes de despesas e a redução das renúncias fiscais constituem peças fundamentais ao ajuste das contas públicas.
Marina	Como parte do esforço para aumentar a disponibilidade de recursos no orçamento vamos combater as distorções e privilégios adquiridos. Promoveremos uma revisão completa das renúncias fiscais, que representaram mais de 4% do PIB em 2017, e suspender a criação de Refis, que levaram a uma perda superior a R\$ 175 bilhões aos cofres públicos nos últimos dez anos e não se mostraram instrumentos eficazes para a recuperação dos créditos tributários, para aumentar a arrecadação ou promover a regularidade fiscal dos devedores. Vamos incentivar o aumento de nossa capacidade de exportação, tanto da indústria, como de serviços e de commodities, com a reforma e atualização do regime de comércio exterior, definição de um cronograma de redução de tarifas e barreiras não-tarifárias, redução dos obstáculos de natureza burocrática e desoneração das exportações. Para corrigir a regressividade elevada do sistema tributário em nosso país e estimular o reinvestimento dos lucros na produção, adotaremos a tributação sobre dividendos, com redução simultânea do IRPJ (Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas), elevação da alíquota do imposto sobre herança, com isenções progressivas e o aumento da base de tributação sobre a propriedade.
Ciro	Redução, inicial, de 15% das desonerações tributárias; Isenção de tributos na aquisição de bens de capital;
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	As desonerações fiscais e demais medidas adotadas não só não geraram os efeitos esperados sobre os investimentos privados e as exportações, como ampliaram o caráter concentrador de renda da política econômica e contribuíram para deteriorar as contas públicas. revisão das desonerações e outros gastos tributários; Assegurar o fim da DRU e das desonerações fiscais que incidem sobre os recursos da seguridade social. Contribuições que deveriam ser exclusivas da seguridade social sofrem grande impacto das políticas econômicas de desonerações fiscais e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), utilizadas pelos diferentes governos na esfera federal. Garantia e ampliação do Orçamento da Seguridade Social com tributos ou percentuais vinculados e destinados às políticas que a compõem constitucionalmente, bem como a

	<p>proibição de desvinculação de verbas da seguridade social para qualquer outro fim, o que implica no fim da DRU e das desonerações.</p> <p>O financiamento público do esporte foi feito, sobretudo, por meio de gastos tributários, ou seja, desonerações e renúncias fiscais, sem controle por parte da sociedade e movimentado pelos interesses de empresas, clubes, federações e comitês.</p> <p>Reverter progressivamente a renúncia tributária com planos de saúde, começando por grandes empresas e trabalhadores e trabalhadoras de renda muito elevada.</p> <p>Faz parte da ideia de inversão das prioridades a criação de programas, leis e editais de acesso direto à verba pública, construídos em parceria com a sociedade civil, no lugar de leis de renúncia fiscal que beneficiam as empresas privadas e a indústria cultural.</p> <p>Em 1991 é promulgada a Lei Rouanet e, na sequência é criada a Lei do Audiovisual, em 1993, que aprofunda o mecanismo de renúncia fiscal e fortalece o processo de mercantilização e oligopolização da cultura.</p> <p>Nosso objetivo é o fim das leis de renúncia fiscal, em especial a Lei Rouanet, maior exemplo de privatização no campo cultural.</p> <p>Editais, leis, programas e um Fundo Nacional de Cultura com dotação orçamentária própria e continuada, incluindo comissões julgadoras plurais e democráticas, formadas pela sociedade civil e pelo poder público. E a consequente restrição radical dos mecanismos de renúncia fiscal em favor de investimentos diretos (caminhando no sentido da extinção da Lei Rouanet e demais mecanismos de renúncia fiscal também nos Estados e Municípios). Faz parte desta proposta o aprimoramento dos dispositivos jurídicos que desburocratizam o acesso aos programas e editais.</p> <p>Redefinir os gastos tributários, com diminuição progressiva do volume de recursos que não transita pelo orçamento, inclusive a Lei de Incentivo do Esporte. Concentrar a renúncia fiscal em projetos do interesse da sociedade e não dos interesses de patrocinadores e dirigentes;</p> <p>Exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais, acessíveis à população de baixa renda; aumentar a alíquota de isenção do IRPF, com correção da tabela do IPRF;</p> <p>Rever as regras de contratação, convênio e remuneração de hospitais filantrópicos e privados e condicionar as isenções fiscais a hospitais filantrópicos com atendimento 100% SUS;</p>
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	Equilíbrio das contas públicas com corte de gastos, privilégios, privatizações, revisão de desonerações fiscais e definição das prioridades.
Goulart	<p>O terceiro pilar da ampliação da capacidade de investimento do Estado será suprimir as isenções distribuídas irresponsavelmente na farra das desonerações que elevaram a renúncia fiscal de 8,45% a 21,32% da arrecadação, ultrapassando os R\$ 234 bilhões em 2017. Revogar a Lei Kandir que isenta de ICMS produtos e serviços destinados à exportação. Revogar a isenção da contribuição previdenciária para o agronegócio. Estabelecer um imposto progressivo sobre as remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes no exterior. Revogar a lei que isenta de impostos as importações das petroleiras estrangeiras instaladas no Brasil.</p>
Vera	<p>Precisamos de um plano de obras públicas sob o controle dos trabalhadores que gere empregos e, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente, resolva problemas estruturais como o déficit de saneamento básico, escolas e hospitais, financiado com os recursos que hoje vão ao pagamento da dívida pública e as isenções fiscais às grandes empresas.</p> <p>As grandes empresas multinacionais dominam a nossa economia. Aproveitam-se de subsídios e isenções, exploram nossa mão-de-obra barata e remetem às matrizes, nos países ricos, o resultado do nosso trabalho. Financiamos com o nosso suor os lucros dos grandes capitalistas.</p> <p>É necessário proibir as remessas de lucros e estatizar as grandes multinacionais sob o controle dos trabalhadores, incluindo os bancos como o Santander. Para isso o sistema financeiro deve estar também sob controle dos trabalhadores.</p>
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 9	DÍVIDA PÚBLICA, JUROS e AUDITORIA
Importância	<p>a) “as bilionárias despesas com o serviço da dívida pública são praticamente “esquecidas” no debate realizado pela grande imprensa, pelo governo e pelo parlamento. Nesse campo, registra-se o pagamento de cerca de 511 bilhões de reais em juros (nominais) pela União em 2016 (8,1% do PIB)”;</p> <p>b) a dívida pública brasileira, bruta ou líquida, cresce continuamente em função: b.1) da formação das reservas internacionais, como já mencionado; b.2) das operações compromissadas; b.3) das altíssimas taxas de juros e b.4) de suspeitos mecanismos de administração, notadamente no âmbito da rolagem ou refinanciamento. Segundo dados do Banco Central do Brasil, a dívida bruta do governo geral em dezembro de 2016 significava 4,3 trilhões de reais e a dívida líquida do setor público, no mesmo momento, cerca de 2,8 trilhões de reais. A responsabilidade dos déficits primários é claramente secundária porque: b.5) tivemos superávits entre 2002 e 2013 (quando o endividamento cresceu pelas razões citadas) e b.6) a “regra de ouro” do art. 167, inciso III, da Constituição limita o endividamento para responder por despesas correntes;</p> <p>O PERVERSO JOGO DE ESCONDE-ESCONDE COM AS FINANÇAS PÚBLICAS. Em: <http://www.aldemario.adv.br/escondeesconde.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	DÍVIDA, ENDIVIDAMENTO, JUROS e AUDITORIA
Lula/Haddad	<p>As políticas monetária, fiscal e cambial devem estar voltadas para garantir o desenvolvimento econômico sustentável. Os governos do presidente Lula já demonstraram como é possível crescer, gerar empregos e distribuir renda, ao mesmo tempo em que se mantém a inflação baixa e se reduz o endividamento público. Foi no governo do presidente Lula que a dívida líquida brasileira foi mais reduzida e que a inflação se estabilizou em patamares baixos. Dada sua experiência bem-sucedida e seu compromisso histórico com a estabilidade macroeconômica, o programa do presidente Lula apresenta as seguintes propostas para rearticular a atual institucionalidade da política macroeconômica:</p> <p>A política fiscal é um dos principais instrumentos para viabilizar as demandas por mais serviços públicos. A reforma nas regras fiscais deve garantir a melhoria dos serviços públicos e a expansão dos investimentos, ao mesmo tempo em que recupera a capacidade de financiamento do Estado de bem-estar social, invertendo a atual trajetória da dívida e gerando resultados fiscais robustos.</p>
Bolsonaro	<p>Temos o objetivo de equilibrar as contas públicas no menor prazo possível, buscando um superávit primário que estabilize a relação dívida / PIB</p> <p>Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívida decrescente e juros mais baixos. Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a conseqüente geração de empregos. Esse processo de redução de dívida será reforçado com a realização de ativos públicos</p> <p>(i) Desmobilização de ativos públicos, com o correspondente resgate da dívida mobiliária federal. Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira. Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico serão preservadas.</p> <p>(ii) Redução natural do custo médio da dívida, na medida em que o endividamento total caia, o Brasil voltará a ter grau de investimento e a estabilidade monetária se consolidará.</p> <p>O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos. No Brasil, esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública</p> <p>O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades</p> <p>Em 2017 os juros nominais nos custaram R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB), e em 2016, R\$407 bilhões (6,50% do PIB). Ou seja, o Brasil gasta anualmente um Plano Marshall (que reconstruiu a Europa após a 2ª Guerra Mundial) com o pagamento de juros, sem contrapartidas para a população.</p>

Marina	<p>A carga tributária atingiu o seu ponto máximo e não pode ser elevada. O desafio que se impõe, portanto, é o rígido controle do gasto público, com seu crescimento condicionado ao limite de 50% do aumento do PIB. A eficiência na gestão do orçamento disponível, dirigindo os recursos para as reais prioridades da população, com combate sem tréguas à corrupção e a evasão fiscal, nos possibilitará fazer mais com menos. Esse é o caminho para, associado à queda dos juros básicos, promover um ajuste fiscal que permita que a trajetória Dívida/PIB se estabilize.</p>
Ciro	<p>Para isso, é preciso, primeiro, colocar a casa em ordem e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade do setor produtivo para gerar empregos. Arrumar a casa significa o governo fazer o chamado ajuste macroeconômico, equilibrando as finanças públicas e reduzindo paulatinamente a participação de sua dívida no PIB do país, o que fortalecerá a capacidade do governo para realizar políticas sociais e de investimento; dessa forma, será possível reduzir a taxa de juros e, por consequência, os custos de financiamento para empresas e consumidores, e propiciar condições para que a taxa de câmbio oscile moderadamente em torno de um patamar competitivo para as empresas do país, tanto no mercado interno como externo.</p> <p>A redução da taxa de juros, para estimular a retomada dos investimentos privados e aliviar a população e as empresas endividadas, é essencial. Para atingir esse objetivo, deverá ser realizada uma reforma monetária acompanhada de um conjunto de medidas que possibilite diminuir tanto a taxa de juros básica, definida pelo Banco Central, como aquela que é cobrada nos financiamentos a consumidores e empresas:</p> <p>Compromisso com a redução da taxa de juros básica (Selic) em compasso com a realização do ajuste fiscal;</p> <p>Redução da indexação no mercado financeiro, através da substituição gradual da participação de Letras Financeiras do Tesouro, corrigidas pela Selic, por títulos prefixados no financiamento da dívida;</p> <p>O Estado precisa, junto com o setor privado, viabilizar um volume de investimentos de, aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (praticamente 5% do PIB) para recuperar a infraestrutura do país e assim contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras. Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja através do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros, e da sua associação com o capital privado nessa empreitada. O BNDES também terá um papel preponderante nesse processo.</p> <p>A política fiscal equilibrada e a redução da taxa de juros serão os fatores determinantes desse comportamento da taxa de câmbio;</p> <p>Todas as políticas orientadas ao crescimento e à geração de empregos carecem de recursos para serem viabilizadas. Uma política de crédito, que retome a capacidade de financiamento às empresas e à população em geral, será fundamental em nossa estratégia de desenvolvimento. Uma série de medidas serão adotadas para recuperar o volume de crédito na economia brasileira. A própria redução da taxa de juros e das operações compromissadas levará o sistema financeiro a realizar operações de empréstimos e o volume da oferta de crédito deverá crescer:</p>
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	<p>A regulamentação financeira será o terceiro instrumento que possibilitará a redução do gasto com a dívida pública e a utilização da taxa de câmbio de forma mais estratégica. Adaptação das regras fiscais brasileiras para garantir a preservação dos investimentos públicos e gastos sociais e a estabilização da dívida pública em proporção do PIB</p> <p>definição de metas plurianuais orçamentárias com base na estabilização da relação dívida-PIB no médio prazo.</p> <p>Mudança no perfil da dívida pública federal visando o alongamento de prazos, a eliminação da indexação dos títulos emitidos às variáveis macroeconômicas SELIC, inflação e câmbio e, assim, a redução do pagamento de juros sobre a dívida e seu caráter concentrador de renda</p> <p>A reorganização do orçamento público em torno de princípios mais democráticos e voltada ao processo de redução das desigualdades precisa enfrentar a lógica de captura das agências públicas pelo setor financeiro e reverter os mecanismos de transferência de renda</p>

	<p>para os ricos através dos juros e benefícios fiscais.</p> <p>Redução da taxa de juros básica da economia pela menor vulnerabilidade externa e mitigação dos mecanismos de propagação de choques de oferta para o conjunto de preços da economia</p> <p>regulação dos fluxos de capital de curto prazo (até 90 dias) com cobrança IOF para reduzir a volatilidade da taxa de câmbio e seus impactos sobre a taxa de juros</p> <p>financiamento de longo prazo a taxas de juros subsidiadas via BNDES e outros bancos públicos para inovação e investimentos das empresas nos setores-chave;</p> <p>Realização de auditoria para evitar novos contratos lesivos ao povo brasileiro junto a instituições financeiras.</p>
Daciolo	<p>A Dívida Externa se encontra em 315,267 bilhões de dólares, a Dívida Pública Monetária Federal se encontrava em 3,311 trilhões de reais no início de 2018, com a previsão, segundo o Tesouro Nacional, de encerramento do ano com essa dívida em torno de quatro trilhões de reais. Quanto a arrecadação federal tributária se encontrou na faixa de 1,3 trilhão de reais em 2017. Esses foram os resultados de alguns indicadores da economia brasileira.</p> <p>Como se pode observar, o Brasil possui uma elevada taxa de juros; elevada dívida externa e principalmente, uma dívida interna em níveis alarmantes. Vamos fazer uma reformulação das diretrizes macroeconômicas aplicadas no cenário nacional a fim de melhorar os resultados dos indicadores.</p> <p>Vamos reduzir a taxa de juros a fim de possibilitar ao país atrair investimentos estrangeiros e competir com mais vigor no mercado internacional.</p>
Amoedo	Reduzir o déficit público, obter superávit e reduzir a dívida pública.
Goulart	<p>Reduzir ao patamar internacional os juros reais (juros nominais menos inflação), especialmente a taxa básica (Selic) que remunera os títulos emitidos pelo governo. Assim será possível destinar ao investimento público vastos recursos que, desde FHC, são desperdiçados em pagamentos de juros astronômicos. A redução dos juros somará ao investimento público mais de R\$ 100 bilhões anuais, fará cessar o esmagamento do setor produtivo pelos bancos e fundos de investimento, em sua maioria internacionais, e terá papel fundamental para equilibrar o câmbio, tornando-o favorável à produção nacional. Fortalecer os bancos públicos, especialmente o BNDES, Banco do Brasil e Caixa. Extinguir a TLP, restabelecer a TJLP para financiamentos públicos de longo prazo, destinar esses recursos às empresas genuinamente brasileiras, tanto as privadas que operam em regime de concorrência quanto as estatais. Bilhões para multinacionais e pretensos “campeões” do tipo Odebrecht, JBS, EBX, Oi etc, nunca mais! Revogar a Emenda constitucional do Teto do Gasto Público.</p>
Vera	<p>Temer vem aprofundando os ataques contra a classe trabalhadora com uma reforma trabalhista que aumenta ainda mais a exploração, e ameaça uma reforma da Previdência cujo único sentido é o de garantir o pagamento da dívida aos grandes banqueiros estrangeiros às custas de nossa aposentadoria.</p> <p>Precisamos de um plano de obras públicas sob o controle dos trabalhadores que gere empregos e, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente, resolva problemas estruturais como o déficit de saneamento básico, escolas e hospitais, financiado com os recursos que hoje vão ao pagamento da dívida pública e as isenções fiscais às grandes empresas.</p> <p>É preciso investir de forma maciça em saúde e educação, revertendo o que hoje vai para o pagamento da dívida aos banqueiros para essas áreas sociais.</p> <p>10 - Suspensão do pagamento da dívida e auditoria!</p> <p>As dívidas interna e externa constituem um dos principais mecanismos de subordinação do Brasil aos países ricos, seus bancos e empresas. É um verdadeiro duto que, anualmente, escoar algo como 40% do orçamento federal a um punhado de grandes banqueiros. É impossível mudar de fato o país sem acabar com essa agiotagem. É preciso suspender o pagamento da dívida, abrir essa caixa-preta e realizar uma auditoria. O fim do pagamento da dívida é condição primeira e fundamental para se investir em saúde, educação e emprego.</p> <p>A Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada por FHC e mantido pelos governos do PT tem o objetivo de priorizar o pagamento da dívida em detrimento dos investimentos em saúde e educação</p>
Eymael	Auditoria independente das contas públicas

Tema 10	PREVIDÊNCIA SOCIAL
Importância	<p>Não resta a menor dúvida acerca da enorme relevância das despesas da Previdência (e da Seguridade) Social. Afinal, se constitui num dos mais importantes fatores de realização da justiça social, eliminação da pobreza, redução de desigualdades sociais e regionais, todos objetivos da República Federativa do Brasil expressamente inscritos no artigo terceiro da Constituição.</p> <p>DIFICULDADE CONJUNTURAL (E NÃO, DEFICIT ESTRUTURAL) DAS CONTAS PREVIDENCIÁRIAS E COMPARAÇÕES RELEVANTES.</p> <p>Em: <http://www.aldemario.adv.br/dificuldaledesdeficitcomparacoes.pdf></p>
Termos e expressões pesquisados	PREVIDÊNCIA, REFORMA, APOSENTADORIAS e PENSÕES
Lula/Haddad	<p>1.2.5 Promover o equilíbrio e justiça previdenciária</p> <p>Nosso compromisso primordial para assegurar a sustentabilidade econômica do sistema previdenciário é manter sua integração, como definida na Constituição Federal, com a Seguridade Social. Rejeitamos os postulados das reformas neoliberais da Previdência Social, em que a garantia dos direitos das futuras gerações é apresentada como um interesse oposto aos direitos da classe trabalhadora e do povo mais pobre no momento presente.</p> <p>Já mostramos que é possível o equilíbrio das contas da Previdência a partir da retomada da criação de empregos, da formalização de todas as atividades econômicas e da ampliação da capacidade de arrecadação, assim como do combate à sonegação. Esse caminho será novamente buscado, ao mesmo tempo em que serão adotadas medidas para combater, na ponta dos gastos, privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira. Ademais, o governo buscará a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral.</p>
Bolsonaro	<p>O déficit dos regimes de Previdência Social está previsto em R\$ 288,3 bilhões.</p> <p>Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas.</p> <p>Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo.</p>
Marina	<p>O Brasil é ainda um país demograficamente jovem, mas com gastos previdenciários de países maduros. A reforma da previdência é incontornável, o gasto total com benefícios alcança 13% do PIB, excessivamente alto para o nosso perfil etário.</p> <p>Atualmente, o Brasil tem 7,5 pessoas em idade de trabalho para cada idoso. Em 2060 essa relação cairá para 2,3 indivíduos entre 15 e 64 anos para cada pessoa com mais de 64 anos. Soma-se a isso, o fato de que a previdência brasileira é hoje profundamente regressiva.</p> <p>Apresentaremos no início de nosso governo uma proposta de reforma da previdência que inclua a definição de idade mínima para aposentadoria, seguindo uma tendência mundial, com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar; eliminação dos privilégios de beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social que ingressaram antes de 2003; e um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal.</p> <p>Serão, ainda, adotadas medidas rigorosas visando incrementar os esforços para reduzir a inadimplência da contribuição das empresas, combater as fraudes e promover a total transparência dos dados da Previdência e Seguridade Social. A importância dessas iniciativas podem ser comprovada pelos números envolvidos. Estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) estimou que o INSS deixou de arrecadar cerca de R\$ 30,4 bilhões no ano de 2015 devido a sonegação ou inadimplência. Já o Tribunal de Contas da União (TCU) estima que as fraudes e erros na Previdência somaram R\$ 56 bilhões 2017, equivalente à 30% de seus déficit naquele ano.</p>

Ciro	<p>O Estado precisa, junto com o setor privado, viabilizar um volume de investimentos de, aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (praticamente 5% do PIB) para recuperar a infraestrutura do país e assim contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e da competitividade global das empresas brasileiras. Não haverá outra forma de fazê-lo que não seja através do retorno da capacidade de investimento do setor público, que dependerá do ajuste fiscal, tributário, da reforma da Previdência e da consequente queda das despesas com juros, e da sua associação com o capital privado nessa empreitada. O BNDES também terá um papel preponderante nesse processo.</p> <p>O alcance do equilíbrio fiscal para que o governo recupere a sua capacidade de investir e realizar políticas sociais para melhorar as condições de vida da população. Em outras palavras, vamos garantir a sustentabilidade fiscal e previdenciária do Estado em todas as suas esferas e promover a simplificação do sistema tributário, elevando a capacidade de investimento dos governos e possibilitando a prestação de serviços públicos de qualidade para toda a sociedade. Definimos como meta alcançar o equilíbrio no resultado primário em dois anos de governo e, para alcançar esse equilíbrio, uma série de reformas serão necessárias:</p> <p>Implementação de um sistema previdenciário multipilar capitalizado, em que o primeiro pilar, financiado pelo Tesouro, seria dedicado às políticas assistenciais; o segundo pilar corresponderia a um regime previdenciário de repartição com parâmetros ajustados em relação à situação atual; e o terceiro pilar equivaleria a um regime de capitalização em contas individuais. Ademais, seria discutida a introdução de idades mínimas diferenciadas por atividade e gênero;</p>
Alckmin	Criar um sistema único de aposentadoria, igualando direitos e abolindo privilégios
Álvaro	<p>Na Economia, a meta central é promover um crescimento médio de 5% a.a. através da simplificação e redução de tributos, uma completa revisão da estrutura do gasto público, uma reforma financeira propiciadora de efetiva diminuição de juros para o setor produtivo – em especial para micro e pequenas empresas, fomento à poupança e ao mercado de capitais por meio de uma nova previdência social que capitalizará os participantes e que democratizará a posse dos ativos estatais e forte incentivo ao investimento.</p> <p>A natureza do capitalismo que, como regime econômico, nos convence e anima é aquele que partilha o capital do País de modo efetivo e rápido entre muitos sócios, aliás milhões de pessoas, ou seja, um capitalismo cujos benefícios e vantagens possam ser usufruídos pelo maior número possível de cidadãos com acesso ao título de propriedade de suas residências e áreas rurais, cujos filhos tenham acesso a sistemas de educação e saúde de qualidade equivalente à de países de referência nessas áreas, e cujo capital, hoje estatal, possa ser compartilhado de modo objetivo por toda a população mediante a capitalização previdenciária.</p>
Meireles	<p>Para promover o crescimento sustentado, impõe-se uma necessária e inadiável reforma da Previdência Social, visando sobretudo ao combate a distorções e privilégios.</p> <p>A Previdência Social brasileira abocanha hoje 57% de todo o orçamento do Governo Federal. Se persistir a tendência atual, em 20 anos, os gastos com aposentadorias e pensões vão corresponder a 100% do total de receitas do Governo Federal. Ou seja, o sistema é insustentável.</p> <p>Vale notar que, ao contrário do que muitos apregoam, 70% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição com menos de 65 anos têm seus salários entre os 20% maiores do país.</p> <p>A grande maioria dos trabalhadores pobres se aposenta por idade, aos 65 anos, pois não tem emprego formal e não consegue contribuir por 35 anos antes de atingir 65 anos de idade.</p> <p>Garantir a aposentadoria de quem mais precisa passa por mudanças no sistema que contemplem duas questões: a adoção de uma idade mínima para se aposentar e a convergência do sistema de aposentadorias dos funcionários públicos ao sistema dos trabalhadores do setor privado, ambas já em discussão no Congresso.</p>
Boulos	<p>A greve de 28 de abril paralisou as capitais e as maiores cidades, levantando a bandeira de denúncia das reformas da previdência (que constitui outra frente de ataque do capital sobre os direitos sociais, que visa restringir o direito à aposentadoria e privatizar o sistema) e trabalhista.</p> <p>XIII - PREVIDÊNCIA SOCIAL: NENHUM DIREITO A MENOS</p> <p>A previdência social foi historicamente construída pelos trabalhadores como mecanismo de solidariedade intergeracional e intracategorias para necessidades de suspensão temporária</p>

ou definitiva da capacidade laboral e para o sustento no fim da vida por meio da aposentadoria. No Brasil inicia-se como um mecanismo de auto organização sindical que se institucionaliza a partir da década de 1920 para algumas categorias de trabalhadores como resultado de lutas e mobilizações. Após este processo são instituídas as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, estes últimos progressivamente por categorias profissionais, o que foi unificado na Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS – 1960). Durante a ditadura civil-militar, a Previdência Social se amplia, estende-se para algumas categorias não-assalariadas e centraliza sua gestão por meio da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, depois transformado em INSS).

A Constituição de 1988 institui a Seguridade Social, composta pelas políticas de Assistência Social, Previdência Social, Saúde e Trabalho, com orçamento próprio com contribuições vinculadas, isto é, específicas para esse fim, composto pelas contribuições de trabalhadores e patrões, pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e pela Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL). A concepção de seguridade social foi enorme conquista democrática e significou o avanço da previdência de uma lógica puramente securitária para uma lógica de proteção social, junto com a possibilidade de universalização da saúde por meio do SUS, o estabelecimento da assistência social como direito social e dever do Estado estruturado no SUAS, e o seguro-desemprego e outros benefícios na área do trabalho. Não há, portanto, possibilidade de pensar estas políticas descoladas da seguridade social, sob pena de perder essa conquista histórica.

O período imediatamente posterior foi marcado pela afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, o que significou impactos regressivos nos direitos dos trabalhadores, particularmente para a Previdência Social, cada vez menos considerada uma política e um direito da Seguridade Social e cada vez mais tratada como seguro privado, ativo financeiro, privilégio, questão atuarial e fiscal.

A Previdência Social pública, desde a Constituição, foi separada em dois regimes: o regime geral (RGPS), para o conjunto dos trabalhadores assalariados e autônomos gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e um conjunto formado por numerosos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para a força de trabalho empregada pelo Estado, regulamentados e organizados pela União, Estados e Distrito Federal, e Municípios. Hoje, o conjunto de Regimes Próprios (conforme os indicadores da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda), totaliza 2.107 entes previdenciários.

As contrarreformas da Previdência Social começam a ser realizadas pelo governo FHC no regime geral, com a justificativa – sempre reiterada – do desequilíbrio financeiro e da inviabilidade atuarial do sistema, acusado de ser sistematicamente deficitário, argumentando com o envelhecimento progressivo da população.

A Seguridade Social, no entanto, nunca foi considerada conforme inscrita na Constituição Federal, como um conjunto de políticas com diversidade de fontes de financiamento. No caso da Previdência, os ideólogos das contrarreformas só contabilizam as contribuições de trabalhadores e patrões e ignoram as demais contribuições vinculadas ao orçamento da Seguridade Social. Contribuições que deveriam ser exclusivas da seguridade social sofrem grande impacto das políticas econômicas de desonerações fiscais e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), utilizadas pelos diferentes governos na esfera federal. A DRU foi aprovada como emenda constitucional em 1994 (denominada então, Fundo Social de Emergência) e permitia a desvinculação de 20% das receitas da Seguridade. Em 1996 transforma-se no Fundo de Estabilização Fiscal e em 2000 na Desvinculação das Receitas da União.

A primeira importante contrarreforma do regime geral foi implementada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A contrarreforma da previdência deste governo priorizou alterar o RGPS (também ocorreram mudanças nos RPPS, mas sem a centralidade das que ocorreram no RGPS) e operou uma das mais importantes e dramáticas transformações, a substituição do tempo de trabalho por tempo de contribuição, além da instituição do Fator Previdenciário, em 1999, pela Lei 9876, (lei infraconstitucional). Estas mudanças, ao mesmo tempo, aumentaram a idade média (em cerca de 7 anos) para a aposentadoria e reduziram-lhe os valores médios (em cerca de 30%). Este mecanismo puniu, na prática, aqueles/as que começaram a contribuir mais cedo. Até a contrarreforma pela EC nº 20/98 as mulheres deviam comprovar 25 anos e os homens 30 anos de trabalho. A partir dessa emenda, as mulheres passam a contribuir por 30 anos e os homens por 35 como condição para acessar o direito à aposentadoria.

A segunda grande contrarreforma da Previdência Social ocorre pela Emenda Constitucional nº 41/2003, nos primeiros meses do governo Lula. Essa contrarreforma atinge prioritariamente o Regime Próprio das/dos trabalhadores da União, com

desdobramentos, consequências e exigências de adaptação ao mesmo "paradigma" para todos os demais RPPS existentes no país. A proposta apresentada em maio de 2003 extinguiu a integralidade e a paridade dos proventos para os aposentados. Ao invés de se aposentarem com seu último salário, o cálculo dos benefícios passou a corresponder à média calculada sobre 80% das maiores remunerações de todo o período contributivo, de forma semelhante ao regime geral, porém sem a incidência do fator previdenciário. A EC nº41/2003 impôs ainda aos aposentados(as) e pensionistas a contribuição previdenciária ao seu RPPS sobre os proventos que excedessem o teto do regime geral, extremamente baixo, com o objetivo de incrementar a previdência complementar privada aberta ou fechada. Tal modificação configurou a quebra de uma Cláusula Pétrea da CF 88 por deixar de garantir a lógica anterior de solidariedade entre trabalhadores ativos (que contribuem enquanto trabalham) para o sustento na aposentadoria das anteriores gerações de trabalhadores.

Estas medidas todas, entretanto, objetivaram a criação do ambiente econômico e político para a transição do sistema previdenciário, baseado na solidariedade, financiado por regime público de repartição, para um sistema privado de "previdência complementar", baseado na capitalização. Capitalização que consiste investir as contribuições da classe trabalhadora em capital fictício remunerado pela via dos juros, cujas formas mais recorrentes, são: a) compra de títulos públicos que deverão ser remunerados inclusive pelo superávit e pela DRU sobre a Seguridade Social; b) pela compra de ações em empresas capitalistas (públicas e privadas), as mais lucrativas. Sabe-se que as empresas somente serão lucrativas tanto mais explorarem os trabalhadores. Chega-se a absurda situação na qual as renúncias mensais das trabalhadoras e trabalhadores para a "aposentadoria" transformam-se em capital. Por isto, a mais importante medida da EC nº 41/2003 foi a autorização de instituição de previdência complementar fechada (os fundos de pensão) para os trabalhadores e trabalhadoras empregados pelo Estado.

O governo de Dilma Rousseff, por meio da Lei 12618/12, regulamenta a "previdência complementar" no setor público com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e autoriza estados e municípios a criarem seus próprios fundos. A partir dessa data, a(o)s trabalhadora(e)s que ingressem no Estado, passaram a contribuir com seu RPPS até o limite do teto do regime geral, o que implicou na redução da contribuição ao fundo público e, por isto, foi "necessário" ao Estado impor a cobrança previdenciária aos aposentados e pensionistas para garantir os recursos do período de transição entre os regimes e que não mais são recolhidos das novas gerações sobre a integralidade de seus proventos.

Desde então - abriu-se a possibilidade que foi e continua a ser implementada para todos os RPPS - o Estado brasileiro nos seus diferentes entes federativos oferece aos seus trabalhadores e trabalhadoras, como alternativa "previdenciária" para a velhice, a "previdência privada" nos moldes da Funpresp. Ao mesmo tempo, os RPPS nos estados, distrito federal e municípios passam por uma alteração na forma de seu funcionamento com a denominada segregação da massa dos recursos previdenciários, pela constituição de dois grupos no interior do RPPS: a) o primeiro grupo, em geral chamado Plano ou Fundo Financeiro, agrupa aquela(e)s que já estavam no RPPS (ativos, aposentados e pensionistas) quando da publicação da lei da segregação. Opera sob regime de repartição/solidariedade e, na hipótese de falta de recursos, a responsabilidade de prover os direitos é do Tesouro do ente estatal que foi o receptor das contribuições. É a fração em extinção do RPPS. b) o segundo grupo compõe o Plano ou Fundo Previdenciário público (RPPS), do qual participam trabalhadora(e)s ativos admitidos após a publicação da lei da segregação. Como neste não há trabalhadora(e)s em situação do direito de aposentação o fundo é superavitário. As contribuições para as aposentadorias e pensões são administradas sob o regime de capitalização, aplicados no mercado de capitais com a promessa de "privilegiadas" aposentadorias no futuro.

Estes dois planos ou fundos segregados devem ter seus recursos financeiros geridos separadamente com contas bancárias separadas, contabilidade própria para cada grupo e individualizadas para cada trabalhador. Em síntese, trabalhadores e trabalhadoras que já estavam empregado(a)s no Estado em 1998 terão uma previdência solidária amparada pelo fundo público para o qual já verteram contribuições. No entanto, o Estado quase sempre utiliza esta gigantesca riqueza socialmente construída pela classe trabalhadora, e muitas vezes de forma espúria, a exemplo do caso do Rio de Janeiro, com a aplicação de recursos previdenciários em paraísos fiscais. Os que ingressaram em períodos posteriores à contrarreforma posta pela EC nº 20/98 e que ainda não alcançaram os requisitos para a aposentação, serão agrupados no segundo tipo de plano ou fundo acima descrito e que está autorizado a operar por capitalização, tanto quanto a própria "previdência complementar"

de cujo exemplo dramático pela via pública do RPPS do Estado do Rio de Janeiro é tristemente exemplar.

Os RPPS passam a funcionar como capitalização, mas, então, em que reside a diferença entre os RPPS operados por capitalização e a previdência complementar? A diferença reside num único e importante mecanismo: a capitalização do RPPS é igualmente predatória para a classe trabalhadora, como a previdência privada. Entretanto, os regimes próprios têm a “solidariedade” do empregador, o Estado. Razão bastante para o que o TCE-RJ tenha determinado ao governador - sob pena de sua prisão - pagar as aposentadorias dos servidores aposentados e pensionistas durante a grande crise do Estado do RJ. A “previdência complementar” ou regime de capitalização, portanto, não é uma previdência: é um instrumento dos mercados de capitais, dos mercados financeiros que, são, sem rodeios, aplicações e mercados de risco. Por serem Fundações e associações de direito privado, independentes do Estado, a previdência complementar ao quebrar em uma crise ou no caso de uma queda da taxa de juros, não obriga o patrão (a União, o Estado e Distrito Federal e o Município) e seus gestores a se responsabilizarem por investimentos que resultarem em prejuízos e quebras das ditas "aposentadorias". Só quem perde são os trabalhadores que contribuíram, pois estes sistemas deixam de se caracterizar como solidariedade entre trabalhadores ativos e aposentados. Portanto, o teto da previdência pública deve ser suficiente para assegurar a vida digna ao conjunto dos trabalhadores, não sendo menor que seu salário na vida ativa no momento da aposentadoria, de forma a não estimular a previdência privada.

Não menos nocivas são as tentativas do governo golpista de Michel Temer e sua base parlamentar de tentar viabilizar pelo menos partes da reforma da Previdência exigida pelo capital financeiro através de reformas infraconstitucionais (mudanças parciais que podem ser feitas através de leis ordinárias ou complementares sem depender de aprovação de PEC).

Feito o diagnóstico das sucessivas perdas de direitos previdenciários públicos, sociais, pela classe trabalhadora brasileira, o programa da candidatura Boulos e Sonia - radical e anti-sistêmica – tem como horizontes que a Previdência Social pública precisa ser fortalecida e não destruída, e que nenhum direito seja retirado.

O nosso programa de governo propõe:

1. Unificação progressiva de todos os regimes previdenciários (RGPS e RPPS) em um mesmo sistema público de aposentadorias integrais, com as mesmas prerrogativas e direitos para todos, com percentuais de contribuição diferenciados de forma progressiva e regime por repartição/solidariedade e não de capitalização. Esta direção de uma reforma previdenciária democrática, solidária e profunda, bem como seus prazos, proposta de teto, regras de transição e de contribuição deverão ser apresentados à sociedade, para serem amplamente discutidos;
2. Vincular o reajuste do piso das aposentadorias ao salário mínimo e os demais benefícios ao IPC-M com uma política de recomposição do valor real do benefício;
3. Garantir aposentadoria para todos e todas. Dessa maneira, aqueles que atualmente não conseguem se aposentar porque não preenchem as condições de acesso, mesmo considerando o benefício rural, velhice e BPC, poderiam fazê-lo. Esse benefício seria financiado pelo orçamento público, fundado no princípio da cidadania. O valor do benefício e o critério de acesso a ser concedido seria fruto de discussão com a sociedade. Como princípio, defende-se que nenhum benefício seja de valor inferior ao salário mínimo;
4. Garantia e ampliação do Orçamento da Seguridade Social com tributos ou percentuais vinculados e destinados às políticas que a compõem constitucionalmente, bem como a proibição de desvinculação de verbas da seguridade social para qualquer outro fim, o que implica no fim da DRU e das desonerações. Realizar a cobrança da dívida ativa previdenciária;
5. Fim da contribuição dos aposentados e do fator previdenciário;
6. Instituir comissão para uma auditoria nos sistemas previdenciários públicos atuais (RPPS e RGPS), tendo em vista a aplicação dos recursos exclusivamente para os benefícios;
7. Fim da revisão criminosa dos benefícios de acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez e auxílios doença em curso no INSS e que já retirou benefícios de mais de 50% dos beneficiários;
8. Estreita articulação entre a previdência social pública, a assistência social, a saúde e políticas de trabalho, de modo a consolidar a seguridade social pública;
9. Suspensão imediata dos critérios restritivos e do tempo reduzido para usufruto dos seguintes benefícios: pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e

	auxílio-reclusão.
Daciolo	Iremos trabalhar para que se torne realidade o exposto no artigo 6º da Constituição Federal, o qual afirma. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.
Amoedo	<p>PREVIDÊNCIA justa e sustentável</p> <p>A previdência brasileira atualmente é injusta e insustentável. Injusta pois um servidor público aposentado do legislativo recebe, em média, R\$ 28.547, no executivo, R\$7.583, enquanto um aposentado do INSS recebe, em média, R\$ 1.240. É insustentável porque já consome 56% do orçamento primário da União. Ou seja, o Governo gasta mais com a previdência do que com saúde, educação, segurança e tudo o mais somado. Se nada for feito, com o envelhecimento da população, em alguns anos, a previdência consumirá todo o orçamento público.</p> <p>Visão</p> <p>Queremos um sistema único, para todos os brasileiros, que corrija as injustiças e que seja sustentável para as futuras gerações. Quanto antes o ajuste for feito, melhor será para os brasileiros.</p> <p>Longo prazo</p> <p>Ter uma previdência justa e sustentável.</p> <p>Propostas</p> <p>Fim de regimes especiais e privilegiados para políticos.</p> <p>Regras iguais de entrada e cálculo dos benefícios de aposentadoria para funcionários públicos e privados.</p> <p>Denir como critério único de aposentadoria a idade mínima de 65 anos e criar regra de reajuste conforme a expectativa de vida.</p> <p>Desvinculação do salário mínimo e indexação pela inação.</p> <p>Contribuição obrigatória para trabalhadores rurais.</p> <p>Revisão dos benefícios de pensão e fim dos acúmulos de benefícios.</p>
Goulart	<p>Extinguir o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95 criados unicamente para reduzir o valor das aposentadorias.</p> <p>Voltar à Constituição Cidadã de 1988, revogar todas as emendas e leis previdenciárias de FHC, Lula, Dilma e Temer.</p> <p>Acabar com o desemprego, promover a melhoria geral dos salários e aposentadorias.</p> <p>Revogar o teto do INSS (R\$ 5.579,06) para aposentadorias do setor privado e público.</p>
Vera	<p>Temer vem aprofundando os ataques contra a classe trabalhadora com uma reforma trabalhista que aumenta ainda mais a exploração, e ameaça uma reforma da Previdência cujo único sentido é o de garantir o pagamento da dívida aos grandes banqueiros estrangeiros às custas de nossa aposentadoria.</p> <p>1 – Revogação de todas as reformas que retiraram direitos! Não à reforma da Previdência</p> <p>A primeira tarefa colocada para a classe trabalhadora é a revogação de todas as reformas que retiraram direitos no último período. Do ataque ao seguro-desemprego, ao PIS/PASEP e pensões no governo Dilma, à reforma trabalhista de Temer, que aumenta a exploração para</p> <p>e elevar os lucros dos empresários. Revogar ainda a lei das terceirizações e a PEC do teto dos gastos, que congela investimentos públicos por 20 anos. Da mesma forma, não vamos permitir nenhuma reforma da Previdência e chamamos os trabalhadores a lutar e a resistir contra qualquer ataque à nossa aposentadoria, venha de que governo vier.</p> <p>4 – Aumento geral dos salários e aposentadorias</p> <p>Defendemos o aumento geral dos salários e aposentadorias, estabelecendo como mínimo o salário apontado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) para que seja cumprida a Constituição, ou seja, o mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas. Em agosto, esse valor era de R\$ 3.804,06, ou quatro vezes mais que o mínimo em vigor, de R\$ 954</p>
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 11	CONCENTRAÇÃO DE MÍDIA
Importância	Comunicação social extremamente concentrada em poucos grupos econômicos. Profunda mercantilização que dificulta iniciativas culturais, educacionais, comunitárias e regionais. Ausência de representação da pluralidade cultural, política e ideológica existente na sociedade brasileira. Forte sustentação para as políticas e interesses do "mercado". Exclusão social no acesso à internet e suas várias possibilidades.
Termos e expressões pesquisados	CONCENTRAÇÃO, MÍDIA, COMUNICAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO
Lula/Haddad	<p>1.3 PROMOVER A DEMOCRACIA, O PLURALISMO E A DIVERSIDADE NA MÍDIA</p> <p>O direito à comunicação tem sido constantemente violado no Brasil. A diferença na condição de exercício da liberdade de expressão é uma das desigualdades centrais e uma ameaça efetiva à democracia na sociedade brasileira. Todas as democracias consolidadas do mundo estabelecem mecanismos de regulação democrática como forma de apoiar o amplo exercício do direito humano à comunicação. As comunicações devem ser livres da ação de controle das autoridades e governantes, impedindo toda e qualquer tipo de censura, mas também da dominação de alguns poucos grupos econômicos. A liberdade de imprensa é fundamental; o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação também são essenciais em uma sociedade verdadeiramente democrática. Ademais, é preciso superar o anacronismo da legislação de 1962 que dispõe sobre rádio e TV.</p> <p>Para enfrentar esse quadro, o governo Lula irá apresentar, nos seis primeiros meses de governo, uma proposta de novo marco regulatório da comunicação social eletrônica, a fim de concretizar os princípios da Constituição Federal para democratizar largamente a comunicação social e impedir que beneficiários das concessões públicas e controladores das novas mídias restrinjam o pluralismo e a diversidade.</p> <p>Em linha com o artigo 220 da CF, deve-se impedir monopólios e oligopólios diretos e indiretos, bem como impor limites à concentração dentro do mesmo mercado por meio de restrições à propriedade cruzada (controle de diferentes mídias) e à integração vertical (controle de diferentes atividades da mesma cadeia de valor), bem como vedação de toda e qualquer censura pública ou privada de natureza política, ideológica e artística; é preciso proibir também que os agentes políticos e seus familiares sejam detentores de concessões, e, ainda, fomentar a produção de conteúdos locais e regionais.</p> <p>O monitoramento e aplicação dos princípios constitucionais deve se dar por meio de um órgão regulador com composição plural e supervisão da sociedade para evitar sua captura por qualquer tipo de interesse particular. O novo marco regulatório deverá levar em conta o cenário de convergência efetiva das comunicações, que transforma o controle econômico do setor em uma batalha global, na qual tempo de audiência e verba de publicidade são disputados por velhos e novos atores. Nesse contexto, regulação e políticas para o setor devem garantir a soberania econômica, cultural e política nas comunicações.</p> <p>Outro problema central da efetividade do direito humano à comunicação é que o acesso à Internet em alta velocidade está hoje condicionado à renda dos cidadãos, o que amplia o fosso, entre pobres e ricos, de acesso a direitos e serviços. O governo Lula investirá fortemente para garantir a universalização da banda larga barata e acessível para todos e todas, com a universalização do serviço de acesso à Internet fixa e diminuição do preço da Internet no celular.</p> <p>Será dada especial atenção à implementação da recém-aprovada Lei de Proteção de Dados Pessoais, inclusive à efetiva implantação da autoridade nela prevista e à consolidação prática do Marco Civil da Internet enquanto fundamento legal da jurisdição brasileira sobre as atividades na internet em território nacional, sendo assegurada a neutralidade da rede. Serão ainda fomentadas pesquisas e realizados investimentos em inovação que ampliem a presença de empreendedores brasileiros na Internet.</p> <p>É essencial ainda restaurar o projeto da Empresa Brasil de Comunicação, de forma a retomar seu caráter público, garantir seu financiamento adequado e perene com recursos públicos, e ampliar seu impacto e seu alcance de audiência, para que tenha capacidade de contribuir efetivamente com a promoção do pluralismo e da diversidade.</p> <p>A distribuição das concessões deve ampliar a participação de universidades, sindicatos e organizações da sociedade civil nas outorgas para o sistema público e privado de televisão e rádio. Faz-se necessário também fortalecer as emissoras de rádio e TVs comunitárias, que devem ser reconhecidas e contar com políticas públicas que promovam a</p>

	<p>sustentabilidade financeira, garantam condições igualitárias de potência e impeçam sua captura por grupos econômicos, políticos e religiosos. Em face disso, será preciso redefinir o papel da Anatel e da Polícia Federal para impedir perseguições.</p> <p>O governo promoverá ainda a desconcentração dos investimentos publicitários estatais, de forma a promover a diversidade, inclusive regional, e impedir que os gastos públicos reforcem a concentração na comunicação.</p>
Bolsonaro	Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia.
Marina	Assumimos o compromisso com a plena garantia do direito à liberdade de expressão que será promovido e respeitado em todas as suas dimensões, incluindo a liberdade de imprensa e o direito à comunicação, direito de cada cidadão de informar, se informar e ser informado.
Ciro	<p>Instituição de mecanismos de controle social do uso depreciativo de imagem de mulheres negras nos meios de comunicação;</p> <p>Investimento na democratização do acesso, na fruição e na expansão do consumo de bens e serviços culturais:</p>
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	NENHUMA MENÇÃO
Boulos	<p>XVI – DEMOCRATIZAR TODOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</p> <p>Diagnóstico: Uma comunicação concentrada e mercantilizada</p> <p>Concentração também nas telecomunicações</p> <p>Novos atores e tecnologias, velhos problemas</p> <p>Resistências, reformas e poder popular: a comunicação como direito</p> <p>Oportunidades perdidas e tarefas a cumprir</p> <p>Nosso programa de governo propõe</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Por um sistema midiático plural e de fato democrático 2. Pelo fortalecimento da mídia livre, alternativa e comunitária 3. Todas e todos conectados: pelo acesso universal à Internet 4. Privacidade e liberdade de expressão na rede: contra a mercantilização e vigilância de nossos dados <p>Diante do crescimento do discurso de ódio nas redes, que procura silenciar vozes de grupos minoritários e historicamente marginalizados:</p> <p>Págs. 178 a 200 (foram indicados os tópicos)</p>
Daciolo	NENHUMA MENÇÃO
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	<p>rever o abusivo e inconsequente emaranhado de leis, decretos e regulamentos culturais promulgados pelos últimos governos; proteger os direitos dos criadores e produtores culturais nacionais e suas organizações de classe, apoiando também os artistas e as indústrias culturais independentes através da adoção de medidas protetivas das produções culturais locais e de seu acesso aos meios de comunicação, como recomenda expressamente a Convenção pela Diversidade Cultural (UNESCO, 2005), firmada pelo Brasil; zelar pelo estrito cumprimento, pelo MinC e pelo Estado brasileiro, das disposições sobre cultura expressas na Constituição Federal.</p>
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO

Tema 12	PRECONCEITO e DISCRIMINAÇÃO
Importância	<p>Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:</p> <p>I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;</p> <p>III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;</p> <p>IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil</p>
Termos e expressões pesquisados	PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO e INTOLERÂNCIA
Lula/Haddad	<p>2. INAUGURAR UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS</p> <p>A refundação democrática do Brasil deve colocar no seu centro um novo e mais avançado compromisso com a promoção e defesa de direitos do povo brasileiro, entendendo democracia e direitos humanos como interdependentes.</p> <p>A partir da Constituição de 1988, o Brasil construiu uma política de direitos humanos inserida e articulada com o Sistema Internacional (ONU) e Regional (OEA) de Direitos Humanos. Os governos Lula e Dilma dedicaram-se à superação da pobreza, à inclusão social e à efetividade dos direitos básicos da cidadania. Foram constituídas políticas de reconhecimento e cidadania às populações discriminadas e excluídas da economia e do poder político, tais como as mulheres, negras/os, indígenas, LGBTI+, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, jovens e idosos, especialmente os mais pobres das cidades, dos campos e das florestas.</p> <p>Não por acaso, esses avanços foram interditados pelo golpe de 2016. Nunca tantos direitos foram cassados, violados e massacrados em um período tão curto da história brasileira. Valendo-se dos discursos do ódio, da intolerância, do preconceito e da execração pública querem condenar o povo brasileiro a sobreviver em uma ordem de barbárie desigual, violenta e injusta. O próximo governo Lula promoverá de maneira inequívoca a universalidade, integralidade e intersectorialidade dos direitos humanos. Os programas e ações serão norteados por três princípios: a democratização do poder político e qualificação da democracia; a superação das desigualdades estruturais; e a garantia de voz para os que lutam por seus direitos e que têm sido historicamente silenciados.</p> <p>O próximo governo resgatará e atualizará o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que servirá de base à convocação de uma conferência nacional popular de direitos humanos e de conferências temáticas. Além de implementar as recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lula enfrentará o desafio de criar um Sistema Nacional de Direitos Humanos, articulado com os estados, DF, municípios e, sobretudo, com os movimentos sociais e sociedade civil organizada.</p> <p>Lula também recuperará a governança adequada às formulações e implementação de políticas para os direitos humanos, esvaziada pelo governo ilegítimo. Para fortalecer e dar visibilidade à pauta, o próximo governo Lula recriará, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial, reconhecendo que a igualdade de gêneros e a igualdade racial são traços estruturantes de nosso projeto de democratização da sociedade brasileira.</p> <p>Negros e mulheres, as duas grandes maiorias da população, bem como os povos indígenas e quilombolas, a “minoridade esquecida”, são os grupos sociais mais marginalizados por uma sociedade que se criou e se mantém racista e patriarcal. Assim, o combate ao racismo e ao machismo nas instituições e na sociedade brasileira terá papel estratégico para a construção de uma democracia que não se limite a formalidades. A busca da igualdade racial-étnica e de gênero balizará todas as políticas públicas, nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais.</p> <p>2.1 PROMOVER POLÍTICAS PARA AS MULHERES VISANDO A IGUALDADE DE GÊNERO</p> <p>2.2 PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL</p> <p>2.3 PROMOVER OS DIREITOS DAS JUVENTUDES</p> <p>2.4 PROMOVER A CIDADANIA LGBTI+</p> <p>2.5 PRIORIZANDO A PRIMEIRA INFÂNCIA</p> <p>2.6 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS</p> <p>2.7 PROMOVER A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</p> <p>2.8 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS</p>

	<p>2.9 DEFENDER OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES 2.10 PAÍS DE TODOS E TODAS Págs. 18 a 22 (foram indicados os tópicos)</p>
Bolsonaro	NENHUMA MENÇÃO
Marina	<p>O combate a qualquer tipo de discriminação começa na escola. Criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de bullying , violência e discriminação dentro do Plano Nacional de Educação para - como garante a Constituição – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual (LGBTIs), condição física, classe social, religião e quaisquer outras formas de discriminação.</p> <p>DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PLENA</p> <p>A Constituição Federal define como um dos objetivos da nação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV). Nossa sociedade, porém, é marcada pelas desigualdades no acesso a direitos, inclusive os mais básicos, e a oportunidades. Consideramos a promoção da igualdade na diversidade não somente uma questão de justiça, mas um valor fundamental para a realização plena de nossa democracia, garantindo o exercício e os benefícios da cidadania para todas e todos.</p> <p>Em nosso governo, a inclusão de grupos historicamente excluídos e o combate à qualquer forma de discriminação será diretriz transversal, presente em todas as políticas públicas, a ser implementada em especial por meio de projetos de promoção de equidade. Definiremos políticas específicas para superar as desigualdades que atingem mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, LGBTI, juventudes e idosos.</p> <p>Promoveremos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais respeitando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência por meio de políticas transversais. Articularemos com Estados e Municípios, com atenção especial às políticas voltadas a proteção contra a violência, inclusão produtiva, igualdade de oportunidades e salários no mercado de trabalho, acesso a terra e território, saúde e educação e ampliação da participação na política.</p> <p>Mulheres População Negra Povos e Comunidades Tradicionais LGBTI Pessoas com deficiência Idosos Juventude</p> <p>Págs. 22 a 25 (foram indicados os tópicos)</p>
Ciro	<p>10 RESPEITO A TODOS OS BRASILEIROS</p> <p>Em um país pobre e desigual como o nosso, ganham importância as práticas afirmativas dirigidas a grupos que, por serem infelizmente discriminados na sociedade, precisam de políticas específicas que reduzam essa discriminação e as decorrentes desigualdades econômica, social e no acesso a oportunidades. Os grupos que serão contemplados nas nossas políticas afirmativas são as mulheres, os negros, as comunidades LGBTI e as pessoas com deficiências. Para dar um exemplo inicial e importante, sem ser suficiente, buscaremos igualar o número de homens e mulheres nas posições de comando no Governo Federal. Além disso, a população negra e parda constitui mais da metade da população brasileira. Diante desse fato, é difícil conceber a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento sem que o racismo seja denunciado e a igualdade de oportunidades seja alcançada. No que se refere à população LGBTI, não podemos nos furtar do compromisso com a vida e igualdade em direitos dessa população; o mesmo vale em relação às pessoas com deficiência. Por fim, apesar de não serem discriminados da mesma forma que os demais grupos citados, os jovens constituem-se no futuro de qualquer país e encontram-se na fase de sua formação física, intelectual e moral enquanto integrantes da sociedade, e é importante que desenhemos políticas e ações específicas para eles. É preciso desenvolver ações que respeitem as diferenças humanas e a capacidade de reconhecer os direitos civis de todos.</p> <p>RESPEITO ÀS MULHERES RESPEITO AOS AFRODESCENDENTES RESPEITO À POPULAÇÃO LGBTI RESPEITO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA RESPEITO À JUVENTUDE</p>

	Págs. 45 a 53 (foram indicados os tópicos)
Alckmin	NENHUMA MENÇÃO
Álvaro	NENHUMA MENÇÃO
Meireles	A confiança conecta os diferentes, constrói pontes de entendimento e rompe os preconceitos.
Boulos	Quando abordarmos as demandas das pautas de opressões, estaremos falando da maioria da classe trabalhadora brasileira. Não estaremos tratando "apenas" e separadamente do feminismo, da luta da negritude, das reivindicações do movimento LGBTI, ou seja, elementos transversais e estruturantes das desigualdades e dominação no Brasil. Trata-se de um profundo acerto de contas histórico que um novo programa de esquerda tem que fazer com a herança do genocídio negro e indígena, da escravidão e da opressão. III - VIDAS NEGRAS IMPORTAM IV - É PELA VIDA DAS MULHERES! V - DIVERSIDADE IMPORTA! UM PROGRAMA PARA A CIDADANIA LGBTI XIV - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -- POR UMA POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA XVII – A JUVENTUDE TEM DIREITO AO FUTURO Págs. 37 a 74; 166 a 169; 201 a 208 (foram indicados os capítulos)
Daciolo	Minha conduta, no que compete ao Estado, será construir um dique contra todas essas mazelas sem que isso signifique dar voz ao preconceito, mas oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida. Essa é a minha transparência, a afirmação do que creio e a certeza de que só assim caminharemos para um futuro promissor
Amoedo	NENHUMA MENÇÃO
Goulart	18. Nossa política será absolutamente intolerante com qualquer tipo de discriminação. Combateremos todas as formas de preconceito e discriminação – econômico-social, racial, étnica, religiosa, etária, regional, sexual, por deficiência – que dividem o povo e dificultam a sua união em torno das causas nacionais. 18.1. Já foi dito – e com razão – que o principal termômetro do avanço ou atraso de uma sociedade é a situação da mulher. (...) 18.2. Nossa população tem maioria de descendentes de africanos, que construíram a base do que chamamos Brasil, com seu trabalho sob a escravidão. (...) 18.3. Garantia de acessibilidade do cidadão LGBT a todos os ambientes, inclusive os que prestam serviços públicos e privados; (...) 18.4. Pessoas com necessidades especiais têm que ter uma atenção especial. Págs. 11 a 14
Vera	NENHUMA MENÇÃO
Eymael	NENHUMA MENÇÃO